



ACÓRDÃO Nº2155/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12517/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Apoio aos Pequenos Negócios Produtivos do Município de Maués - FUNPEQ
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Jose Luiz da Costa Virgolino (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Luiz Antonio de Araújo Cruz - OAB/AM 8611
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6314/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Apoio aos Pequenos Negócios Produtivos do Município de Maués - FUNPEQ. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Apoio aos Pequenos Negócios Produtivos do Município de Maués - FUNPEQ, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Senhor **Jose Luiz da Costa Virgolino**, Diretor – Executivo do Fundo de Apoio aos pequenos Negócios Produtivos do Município de Maués - FUNPEQ e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, II, e art. 22, II, da Lei nº. 2423/1996; c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº. 04/2002.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Senhor **Jose Luiz da Costa Virgolino**, Diretor – Executivo do Fundo de Apoio aos pequenos Negócios Produtivos do Município de Maués - FUNPEQ e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 10.240,80** (06x R\$ 1.706,80), fundamentada no artigo 308, inciso I, alínea “a”, da Resolução nº 04/2002 (RI/TCE/AM), por mês de competência, nos casos de inobservância de prazos legais, para remessa ao Tribunal, por meio informatizado ou documental, de balancetes mensais do exercício, conforme disposto



ACÓRDÃO Nº2155/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

na impropriedade nº. 04 do Relatório-voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas, desde que previamente autorizadas pelo Relator.

10.3. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. Atualização do Portal da Transparência do Fundo, em cumprimento à Lei nº 12527/2011;

10.3.2. Ausência de encaminhamento da Prestação de Contas Anual dentro do prazo estabelecido no artigo 20, I, da LC n.º 06/91 c/c o art. 29, da Lei n.º 2.423/1996;

10.3.3. Ausência de documentação probatória para comprovar a realização correta dos processos licitatórios, em consonância com a nova Lei de Licitações nº. 14.133/2021;

10.3.4. Ausência de controle dos bens do Ativo Imobilizado, diante do que determina os artigos 94 e 96 da Lei 4.320/1964.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Outubro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- Não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos,



ACÓRDÃO Nº2155/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral